



Comissão quer mais debates sobre o crime organizado

O presidente do STF, Gilmar Mendes (à esq., ao lado de Demostenes Torres), e o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, afirmaram que o projeto de Serys Slhessarenko sobre repressão ao crime organizado representa um avanço, mas precisa ser aperfeiçoado em alguns pontos, como a definição da atividade investigatória do Ministério Público. Os senadores da CCIJ concordaram. **4 e 5**

Senado aprova projeto que regulariza terras na Amazônia

Após cinco horas de debate, com momentos tensos, Plenário aprova projeto com as alterações promovidas na Câmara dos Deputados. Também foi acolhida renegociação de R\$ 22 bilhões em dívidas de prefeituras com o INSS

Moacir Moura



Intensas conversas em Plenário precederam a votação da chamada MP da Amazônia, cujo texto básico foi aprovado com 37 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção

O texto que será encaminhado à sanção presidencial regulariza as ocupações de terras de até 1.500 hectares realizadas de maneira mansa e pacífica antes de 1º de dezembro de 2004. Poderão ser beneficiadas pessoas físicas e jurídicas. As emendas de Marina Silva, contestadas pela relatora Kátia Abreu, vedavam o acesso de prepostos aos benefícios da regularização e impediam a venda de todas as terras durante dez anos. Também foi aprovado projeto que autoriza a União a parcelar, de 120 a 240 meses, as dívidas municipais com o INSS vencidas até 31 de janeiro deste ano, estimadas em R\$ 22,1 bilhões. **3**

Em busca de acordo, CPI da Petrobras deve ser instalada na próxima semana

Líder do governo, Romero Jucá afirmou que a nova data dá mais tempo para as negociações sobre o comando da comissão. **2**

Candidatos terão de apresentar idoneidade e reputação ilibada

Projeto aprovado pela Comissão de Justiça impede registro de candidatos a cargo eletivo condenados em qualquer instância. **5**

Homenagem a Patativa do Assaré, poeta popular

O centenário de nascimento do poeta cearense foi comemorado pelo Senado, que também exibiu documentário e lançou livro. **8**



Genaldino Almgela

No Plenário do Senado, o cantor Raimundo Fagner interpreta canções de Patativa do Assaré

Líder do governo, Romero Jucá anuncia novo adiamento para início dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito que deverá investigar supostas irregularidades na gestão da estatal

CPI da Petrobras deve ser instalada na próxima quarta

FICOU AGENDADA PARA as 10h da próxima quarta-feira a reunião para instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras por acordo entre governo e oposição anunciado ontem, em Plenário, pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR). A reunião marcada para as 11h de hoje foi cancelada.

Jucá informou que, com a nova data, haverá tempo para mais negociações sobre o comando da CPI. Há divergências entre PT e PMDB sobre quem será presidente e relator da comissão.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que com o novo adiamento, haverá tempo para que a Mesa diretora responda questão de ordem apresentada por Jucá sobre a troca de relatoria na CPI das ONGs. O governo afirma que a oposição descumpriu acordo ao indicar um relator opositorista – o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) – para o cargo.

No Plenário, Arthur Virgílio afirmou que o PSDB aceita o acordo para não ter que “ficar em posição de herói”, caso não haja, mais uma vez, quórum para instalar a comissão, como ocorreu na terça-feira passada.

– Queremos ver a CPI instalada e



Jucá: nova data permitirá negociar comando da CPI

por isso, obviamente, o PSDB aceita o acordo. A pendência sobre a CPI das ONGs será dirimida no momento próprio, mas sem vincular uma coisa com a outra – destacou Virgílio.

Em nome do DEM, o senador Antonio Carlos Júnior (BA) também apoiou a proposta.

Divergências

A instalação da CPI da Petrobras estava prevista para ocorrer na terça-feira, mas após apenas 15 minutos de espera, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ), encarregado de presidir a reunião, cancelou a instalação, afirmando que não havia quórum.

O líder do Bloco de Apoio, senador Aloizio Mercadante, afirmou na ocasião que a CPI só será instalada quando a oposição respeitar acordo feito

na CPI das ONGs e devolver a um parlamentar governista a relatoria do colegiado.

Quando foi criada a CPI da Petrobras, o relator da CPI das ONGs, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi escalado como titular da nova comissão, deixando o cargo vago na das ONGs. O presidente Heráclito Fortes (DEM-PI) nomeou então Arthur Virgílio para o cargo.

Em seguida, Inácio deixou a titularidade da CPI da Petrobras e reassumiu como titular na das ONGs, mas a mudança de relator já estava oficializada, uma vez que regimentalmente cabe ao presidente da comissão nomear o relator. Romero Jucá apresentou ontem questionamento à Mesa diretora da Casa sobre a validade dessa decisão e a resposta é aguardada para a próxima semana. Virgílio afirmou que não abrirá mão do cargo.

Por outro lado, os próprios governistas reconhecem que há dificuldade entre os parlamentares do PMDB e do PT para chegarem a um consenso sobre quem será o presidente e o relator da comissão.

Os sucessivos adiamentos dão um prazo maior para que os dois partidos busquem um acordo, como o líder do governo reconheceu ontem no Plenário.

Virgílio diz que vai cumprir “o dever de investigar”

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou ontem no Plenário ter sido nomeado “de maneira legítima e legal” relator da CPI das ONGs pelo presidente do colegiado, Heráclito Fortes (DEM-PI), e que não sente que possa ter êxito qualquer tentativa de “golpe de Estado” para tirá-lo do cargo.

– Não quero golpe de Estado em lugar nenhum, muito menos na CPI das ONGs e muito menos em cima de mim. Não me sinto um Salvador Allende nem quero que [o líder do governo Romero] Jucá faça papel de Pinochet, destituindo quem foi legitimamente escolhido pelo presidente eleito da CPI, o senador Heráclito Fortes. Vou cumprir com o meu dever que é investigar, é isso que está em jogo – disse.

O líder do governo, Romero Jucá, apresentou questão de ordem à mesa diretora sobre a indicação de Virgílio, uma vez que havia acordo para que o cargo ficasse com um senador governista. O presidente interino do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), afirmou que encaminhará o questionamento, mas que em princípio, regimentalmente, a competência para nomear o relator pertence ao presidente da comissão.

Virgílio afirmou que na próxima terça-feira pretende apresentar na CPI das ONGs um plano de trabalho claro ressaltando “pontos bons” dos trabalhos até agora executados pelo relator anterior, Inácio Arruda (PCdoB-CE), e apontando o que entende como “lacuna”. O senador disse que pretende indicar “um rumo muito claro” na quebra de sigilos para investigar a fundo as ONGs, separando “as que são o joio das que são trigo”.



Virgílio afirma que foi nomeado relator da CPI de forma legítima

Marconi defende CPI e critica manifestação sindical

O 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), considera a instalação da comissão parlamentar de inquérito que vai investigar suspeitas de irregularidades na Petrobras “um exercício de democracia”, a exemplo de outras investigações que o Senado decida conduzir no âmbito de suas prerrogativas constitucionais.

Ao deixar o 1º Fórum Nacional PSDB-Mulher, realizado em Brasília, ele condenou o ato público contra a CPI da Petrobras, realizado ontem no gramado em frente ao Congresso pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação Única dos Petroleiros e Coordenação dos Movimentos Sociais. Representantes dessas entidades teriam manifestado o desejo de um encontro com o vice-presidente.

– Se me procurarem, eu os receberei e direi que fazer CPI é exercício de democracia. Eles fazem um desserviço à Petrobras quando tentam impedir que se investigue o que se vai investigar. Se a Petrobras não fez nada de errado, ao final dos seus trabalhos a empresa terá um salvo-conduto, o que é muito bom para o país. Mas se as investigações não puderem ser aprofundadas, fica parecendo que a empresa tem algo escondido – disse o senador.

Marconi, no exercício da Presidência do Senado, recebeu o ex-presidente da Argentina, senador e parlamentar do Mercosul Rodríguez Saá. O presidente José Sarney se ausentou do Senado para acompanhar sua filha, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, que foi submetida em São Paulo a uma cirurgia.



Marconi: entidades sindicais prestam “desserviço” à Petrobras

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

MP tranca a pauta do Senado

Às 10h, sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar os 30 anos de criação do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp). Às 14h, a sessão do Senado é deliberativa. A pauta está trancada por um projeto de lei de conversão (PLV 11, proveniente das medida provisória 459).

Sarney acompanha Roseana

O presidente do Senado, José Sarney, está em São Paulo, onde acompanha sua filha, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, que foi submetida a cirurgia para correção de aneurisma.

Isenção de IPI para carros elétricos

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) se reúne às 8h30 para analisar o projeto que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos veículos de passageiros movidos a energia elétrica. Ainda na pauta, requerimento de audiência pública para discutir a atuação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas no semiárido nordestino (Dnocs).

Regras para despesas sigilosas

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne para votar 11 itens, entre eles o que regulamenta a previsão, a execução e o controle de despesas de caráter sigiloso.

Restrição a anabolizantes

Projeto que restringe o uso de anabolizantes está entre os 30 itens da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h.

Boas práticas ambientais

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) se reúne às 11h30 para analisar projeto que altera a Lei 8.666/93, para incluir a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações. Dentre os 16 itens da pauta, dois alteram o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), entre eles o que estipula multa no caso de não observância, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor em caso de omissão no contrato.

Código de Processo Penal em debate

A Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal realiza, às 9h, audiência pública sobre o Projeto de Lei do Senado 156/2009, que renova o código, datado de 1941. Foram convidados para o debate o presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Fernando César Batista Mattos; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Antonio Carlos Bigonha; o presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Sandro Torres; o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União (Andpu), Haman Taboia de Moraes e Córdova; o presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), Octavio Brandão Caldas Netto; e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Raimundo Cezar Britto Aragão.

Em sessão que se prolongou pela noite de ontem, Plenário examinou acordos internacionais e projetos de conversão de duas medidas provisórias

Senado acolhe oito acordos internacionais

O Senado aprovou ontem oito acordos internacionais:

- Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear: celebrada em 2005, tipifica a posse e o uso ilegais e internacionais de materiais radioativos.

- Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo: de 1989, visa à proteção do meio ambiente em casos de acidentes com embarcações e corrige deficiências de outra convenção sobre o tema, de 1910. Estabelece ainda as obrigações do salvador, do proprietário e do comandante do navio.

- De cooperação técnica com Granada: poderá envolver instituições públicas, privadas e ONGs, além de organismos internacionais, fundos regionais e de outros países, com a finalidade de maximizar as ações. Um dos artigos do acordo já traz os últimos ajustes para implementar a cooperação.

- Comercial com a Argélia: de 2006, substitui acordo de 1981 e visa desenvolver e diversificar as relações comerciais entre os dois países, estabelecendo facilidades alfandegárias e para todos os demais procedimentos de comércio exterior.

- Previdenciário com o Chile: formalizado em 2007, estabelece que as regras previdenciárias de cada país se aplicam aos trabalhadores que exercem suas atividades no respectivo território.

- De cooperação com a China: de 2004, prevê o incremento do intercâmbio e da coordenação entre as respectivas autoridades para coibir crimes como narcotráfico, terrorismo e seu financiamento, lavagem de dinheiro e exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes.

- De assistência jurídica mútua com a Nigéria: de 2005, inclui realização de depoimentos, fornecimento de documentos e registros, localização ou identificação de pessoas, transferência de presos, busca e apreensão, identificação, rastreamento, bloqueio e apreensão de produtos do crime, e outros.

- De cooperação com Nauru: firmado em 2006 com o menor país insular do mundo, com 13 mil habitantes, localizado na Oceania, prevê cooperação nas áreas tidas como prioritárias pelos dois países.

Senadores aprovam novas regras para regularização de terras da Amazônia

APÓS CERCA DE cinco horas de debate, o Plenário do Senado aprovou ontem à noite a regularização de terras ocupadas na Amazônia Legal, em áreas da União. Ao final do processo, prevaleceu o entendimento defendido pela relatora da medida, Kátia Abreu (DEM-TO), que mantinha o texto encaminhado pela Câmara dos Deputados. Com isso, serão regularizadas as ocupações de áreas de até 1.500 hectares, realizadas de maneira mansa e pacífica, antes de 1º de dezembro de 2004. Poderão ser beneficiadas com a regularização pessoas físicas e jurídicas que exerçam a exploração direta ou indireta dessas terras.

O texto básico do Projeto de Lei de Conversão 9/09, originário da Medida Provisória 458/09, foi aprovado com 37 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção. Em seguida, obedecendo a um acordo entre os líderes de todos os partidos, foram votados dois destaques propostos pela senadora Marina Silva (PT-AC). Um deles buscava vedar o acesso de prepostos aos benefícios da regularização das propriedades. O outro mantinha o impedimento da venda dessas terras durante dez anos, para todos os beneficiados pela regularização aprovada. Essas propostas foram derrotadas por 23 votos



Kátia Abreu defendeu texto aprovado pela Câmara, que Marina tentou mudar

dora Marina Silva (PT-AC). Um deles buscava vedar o acesso de prepostos aos benefícios da regularização das propriedades. O outro mantinha o impedimento da venda dessas terras durante dez anos, para todos os beneficiados pela regularização aprovada. Essas propostas foram derrotadas por 23 votos



Fotos de Genivaldo Angêlo

a 21, com 1 abstenção.

A medida provisória que deu origem ao projeto ficou conhecida como a MP da Amazônia. Nela está determinado que a regularização das terras será feita sem licitação para áreas de até um módulo fiscal – na região, um módulo equivale, em média, a 76 hectares. Para

esses casos, a transferência das áreas será feita gratuitamente, o que valerá, inclusive, para o registro do imóvel em cartório. Para as áreas maiores, de até 15 módulos fiscais, porém limitadas ao máximo de 1.500 hectares, a regularização também será feita sem licitação, mas com pagamento em até 20 anos, com a primeira parcela vencendo após o terceiro ano. Isso, contudo, se dará nos casos de ocupação direta das terras por pessoas físicas nela atuantes. Nos casos de pessoas jurídicas ou de exploração indireta da área, a regularização será feita por meio de processo licitatório.

Kátia Abreu explicou que a manutenção do texto aprovado pela Câmara dos Deputados evitaria atrasos no atendimento dos beneficiários. Marina Silva tentou recuperar o espírito da medida provisória original, antes das mudanças efetuadas pelos deputados, quando de sua votação na Câmara.

Suposto benefício a grileiros gera controvérsias em Plenário

Há grileiros entre os beneficiários do projeto de lei de conversão? A questão dominou parte dos debates ontem no Plenário. Marina Silva observou que o maior problema da proposta é que ela abre brechas para que “aqueles que cometeram o crime de apropriação de terras públicas sejam anistiados e confundidos com posseiros de boa fé”. Só para estes últimos deveriam ser aplicadas as salvaguardas previstas na Constituição, no entender da senadora.

Ex-ministra do Meio Ambiente, Marina procurou deixar “bem claro” que é favorável a um amplo processo de regularização fundiária da Amazônia, de forma que possam se estabelecer direitos, além de se promover a justiça social, aumentar a governabilidade e combater o crime na região.

Ela, entretanto, condenou os “perigosos acréscimos” feitos na MP pela Câmara dos Deputados. E apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que vete artigos que permitam a utilização indevida de terras públicas, caso o Senado não aprove emendas que revertam as mudanças na medida provisória aprovadas pelos deputados.

A relatora Kátia Abreu defendeu a aprovação por entender que a proposta regulariza pendências de várias décadas com relação à posse legítima de terras na Amazônia. Na opinião da parlamentar, a medida só alcançará aqueles que se estabeleceram na área por meio de programas governamentais ou compraram terras de antigos ocupantes.

– A varredura dos grileiros já foi feita no governo Fernando Henrique. Eles não compareceram para reivindicar seus registros, que foram cassados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [Incra] – afirmou Kátia Abreu. Ela mencionou que 62 milhões de hectares de terras foram retomados pela União nesse processo.

A senadora do DEM pediu que se evitasse discutir a matéria do ponto de vista ambiental, já que a questão que se coloca é a formalização das propriedades, garantida

na Constituição.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), defendeu a aprovação do texto da relatora e disse que a regularização da posse de áreas da Amazônia evitará a grilagem de terras públicas. Para ele, a falta de regras claras aumenta o risco de degradação ambiental. A mesma opinião sustentou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR):

– Não é uma regularização ideal, mas o pior é uma terra sem lei – declarou.

Outro argumento levantado pelos defensores da proposta de Kátia Abreu foi o da segurança jurídica. Romeu Tuma (PTB-SP), por exemplo, ressaltou que o texto garante negociações de terras feitas em respeito à Constituição – excluindo as terras indígenas, as florestas públicas e as destinadas à administração federal.

Também foi abordada a possibilidade, aberta pelo relatório de Kátia Abreu, da regularização de terras em nome de empresas. João Pedro (PT-AM) disse ser favorável à regularização de terras na Amazônia, mas com critérios que não foram contemplados na proposição. Ele pediu atenção aos senadores para evitar a criação, a partir do PLV 9/09, de regularização de territórios em nome de “prepostos”, de pessoas que nem sequer moram no local. Além disso, na visão de João Pedro, é um agravante a permissão para regularizar terrenos em nome de pessoas jurídicas.

Posicionamento diferente expressou a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Para ela, não se devem tratar os empreendimentos comerciais “sem preconceitos”.

Mas a atenção dos senadores não se deteve apenas no mérito das propostas de Kátia Abreu e de Marina Silva. Uma questão importante nos debates foi o fato de o tema ter sido enviado na forma de medida provisória, “com pressa”, nas palavras de Jefferson Praia (PDT-AM). Essa inclusive foi a razão apresentada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) para justificar o voto contrário à MP.

Acréscimos feitos à MP na Câmara dominaram a maior parte dos debates dos senadores

Renegociação das dívidas de municípios com o INSS é acatada

Medida que autoriza a União a parcelar, de 120 a 240 meses, as dívidas municipais vencidas até 31 de janeiro deste ano com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi acatada ontem em Plenário, em votação simbólica. Calcula-se que, com a aprovação do Projeto de Lei de Conversão 10/09 – proveniente da Medida Provisória 457/09 –, 1.200 prefeituras poderão pleitear a renegociação de dívidas, que somam R\$ 22,1 bilhões.

O relator, Valter Pereira (PMDB-MS), apresentou 14 emendas ao PLV aprovado pelos deputados. Com isso, a proposta voltará à Câmara, que tem até a próxima quarta-feira (último dia de vigência da MP 457) para se manifestar. Valter informou que há acordo partidário para votação e o governo discorda de apenas uma das emendas.

– A renegociação interessa ao governo federal e a centenas de prefeituras. É o caminho que se tem para que os municípios voltem a cumprir seus pagamentos previdenciários e, ao mesmo tempo, realizem investimentos – justificou o senador.

Uma das mudanças foi quanto ao prazo para as prestações serem pagas pelas prefeituras. Os deputados haviam decidido que seria de 240 meses e o Senado estabeleceu que o número de prestações irá variar de 120 a 240 meses. No geral, as prefeituras terão prazo de três a seis meses para começar o pagamento após a renegociação.

Um dos artigos introduzidos pelos parlamentares prevê que a Receita Federal do Brasil fará um encontro de contas com as prefeituras, pois centenas delas têm direito a receber de volta recolhimentos que foram considerados inconstitucionais. A Confederação dos Municípios informou que as prefeituras têm a receber do INSS R\$ 25,4 bilhões, mas a Receita Federal sustenta que esses créditos não passam de R\$ 6,7 bilhões.

Demostenes anuncia que seu partido defenderá na CCJ as cotas sociais, mas quer declaração de inconstitucionalidade para reservas de vagas que utilizem critérios étnicos

DEM levará ao Supremo ação contra leis de cotas raciais

O DEM PRETENDE entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) objetivando declarar inconstitucionais todas as leis sobre sistemas de cotas raciais aplicadas no país, afirmou Demostenes Torres (GO).

O senador destacou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou novamente a votação do projeto que institucionaliza o sistema de cotas, inclusive por critério étnico, em todas as universidades públicas do país e, ainda, na rede federal de escolas técnicas de ensino médio (PLC 180/08).

A ação direta de inconstitucionalidade (Adin) será protocolada pelo DEM assim que o partido concluir levantamento de informações sobre as leis de cotas raciais já em vigência nos estados, anunciou Demostenes, que também preside a CCJ.

– As cotas raciais podem dividir a sociedade brasileira. É uma



Demostenes defende reserva de vagas somente para aluno de escola pública

proposta discriminatória. Não podemos ser definidos pela cor de nossa pele – disse.

Relatado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), com parecer favorável, o PLC 180/08 levou mais de dez anos para ser aprovado na Câmara dos Deputados. Na reunião de ontem na CCJ, Serys conseguiu obter o compromisso de que a matéria



Serys espera “encontrar uma solução consensual” até a reunião do dia 24

seja pautada para 24 de junho.

Marconi Perillo (PSDB-GO) apresentou um relatório alternativo ao projeto da Câmara, estabelecendo a reserva de vagas somente para alunos que estudaram em escola pública do ensino fundamental ao médio. Demostenes informou que irá defender na CCJ a proposta de Perillo.

CCJ aprova projeto que regulamenta perícias oficiais

Proposta aprovada ontem pela CCJ determina que as atividades de perito oficial de natureza criminal são consideradas exclusivas de Estado. Pelo projeto, originário da Câmara (PLC 204/08), o perito tem autonomia técnica, científica e funcional e regime especial de trabalho. Os cargos serão ocupados mediante concurso público e por pessoas com formação acadêmica específica.

Como estabelecido no texto,

peritos oficiais são os peritos médico-legistas e os peritos odontologistas com formação superior específica detalhada em regulamento, de acordo com as necessidades do órgão a que se achem vinculados e conforme a área de atuação profissional.

Na CCJ, um acordo evitou alterações no texto, o que poderia determinar seu retorno à Câmara. Com aval do relator, Jayme Campos (DEM-MT), a



Ideli Salvatti é relatora substituta do projeto votado na CCJ

substituta, Ideli Salvatti (PT-SC), retirou emenda do próprio senador pelo Mato Grosso para a inclusão dos papiloscopistas na lista de peritos.

Senado deve examinar acordo com estrangeiros

O Congresso Nacional será comunicado e terá poder de decidir sobre todos os acordos ou transações visando solucionar litígio entre a administração pública federal e pessoa física ou jurídica estrangeira. A decisão foi tomada ontem pela CCJ, ao aprovar substitutivo do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) a proposta de Pedro Simon (PMDB-RS).

O projeto original (PLS 84/05) submetia à previa aprovação legislativa toda transação firmada

entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira. Em sua justificativa, Simon destaca a multiplicação de notícias dando conta da realização de transações ou acordos visando atender, como disse, “pretensões nem sempre idôneas, deduzidas pelos credores externos”. Em seu parecer, no entanto, Alvaro Dias lembra que é preciso averiguar, em cada caso, a possibilidade jurídica do controle legislativo.

A CCJ aprovou também projeto de resolução (PDS 4/04) de autoria do senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG) que se destina a regulamentar a doação de bens móveis do patrimônio do Senado Federal. O texto prevê que a Casa poderá destinar esses bens a outros órgãos ou entidades da administração pública de qualquer esfera de governo ou para organizações civis registradas no CNAS ou classificadas como Oscip.

PEC dos Vereadores poderá ser votada na próxima semana

O Plenário do Senado realizou ontem a quinta e última sessão de discussão em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47/08, do senador César Borges (PR-BA), que disciplina os gastos das câmaras legislativas municipais. Como foram apresentadas emendas de Plenário à proposta, ela terá de ser novamente analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que já a havia aprovado em maio na forma de texto substitutivo elaborado pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS).

O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), conclamou os líderes partidários a se empenharem pela votação da matéria, tanto na CCJ como no Plenário, já na semana que vem. Suplentes de vereadores têm pressionado pela votação da PEC, a fim de que ela possa ser logo analisada pela Câmara dos Deputados, onde tramita outra proposta que altera o número de vereadores na câmaras.

PEC da Juventude

Também foi realizada ontem a quinta e última sessão de discussão em primeiro turno da PEC 42/08, a chamada PEC da Juventude, que acrescenta



César Borges, autor da proposta sobre gastos das câmaras municipais

menção aos jovens na Constituição a fim de assegurar os seus direitos. Do deputado Sandes Júnior (PP-GO), a proposta define que o texto do artigo 227 da Carta Magna passa a ser o seguinte: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

A PEC já poderá ser votada em primeiro turno na próxima sessão deliberativa.

AUXÍLIO-MORADIA

Ministros terão de ressarcir Senado

O 3º secretário do Senado, Mão Santa (PMDB-PI), informou ontem, por meio de nota, que foi determinada a imediata interrupção do pagamento do auxílio-moradia aos senadores que ocupam cargos de ministros. De acordo com o comunicado, eles também terão que devolver o que foi pago indevidamente.

O ressarcimento dos valores foi explicado, na nota, pelo fato de as regras referentes ao auxílio-moradia vigentes entre 1992 e 2002 terem voltado a vigorar com o Ato da Mesa 6/09, entre as quais, “a vedação do pagamento de auxílio-moradia, pelo Senado, aos senadores que estiverem licenciados para o exercício de cargo de ministro de Estado”.

BOLETIM MÉDICO

Cirurgia em Roseana foi bem-sucedida

O Hospital Albert Einstein divulgou boletim para informar que a cirurgia de correção do aneurisma cerebral da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, foi realizada com sucesso. De acordo com o comunicado, assinado por Luis Fernando Aranha Camargo, superintendente do hospital, “não houve intercorrência no procedimento”.

Definido como clipagem – técnica que comprime a bolha que provocou a dilatação da artéria cerebral –, o procedimento foi conduzido pelo neurocirurgião Evandro de Oliveira e por sua equipe e durou cerca de quatro horas.

O presidente do Senado, José Sarney, está no hospital acompanhando a recuperação de sua filha.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Serys Slhessarenko • Marconi Perillo • Inácio Arruda

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



César Borges na reunião que adiou também a decisão sobre usucapião urbano

Ocupação urbana: adiada votação de novas regras

Um pedido de vista encabeçado por Serys Slhessarenko (PT-MT) adiou a votação, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), do substitutivo de Gilberto Goellner (DEM-MT) a projeto que flexibiliza o Código Florestal (PLS 107/09). O objetivo é tornar mais rápida a tramitação de propostas de planos e políticas municipais de ocupação territorial, visando ao desenvolvimento urbano.

De acordo com a proposta, do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), os municípios poderão ter autonomia para alterar os limites das áreas de proteção permanente localizadas em zonas urbanas, desde que possuam plano diretor aprovado e atualizado nos termos da Lei 10.257/01, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana. A proposta também obriga os municípios a terem

órgãos colegiados deliberativos e executivos, com atuação específica nas áreas de política urbana e ambiental.

Também ficou para a próxima semana o exame de projeto do senador Demostenes Torres (DEM-GO) que confere atribuição explícita ao Ministério Público para propor ação de usucapião especial urbano, em área ocupada por população de baixa renda (PLS 49/09).

Eventos esportivos deverão manter equipes de socorro

Clubes esportivos poderão ser obrigados a oferecer exames médicos periódicos para seus atletas. Às entidades que organizam competições pode ser requerida a oferta de equipes para atendimento de emergência durante os jogos. Essas exigências constam de projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta recebeu voto pela aprovação do relator, Paulo Duque (PMDB-RJ), e agora segue para votação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O PLC 122/08 altera a Lei Pelé (Lei 9.615/90) para ampliar medidas de proteção à saúde de atletas e de juizes de competições esportivas.

Na mesma reunião, a CAS aprovou proposição para exigir

que o poder público mantenha programa de diagnóstico e tratamento de estudantes de educação básica com dislexia, com equipe multidisciplinar de educadores, psicólogos e médicos. Com diagnóstico precoce, a disfunção neurológica caracterizada pela dificuldade na leitura pode ser superada sem maiores dificuldades.

Pelo PLS 402/08, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), os sistemas de ensino também devem garantir aos professores da educação básica cursos para diagnóstico e tratamento da dislexia, facilitando a identificação de alunos que necessitem de auxílio. A proposta, que recebeu voto favorável da relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), segue para a Comissão de Educação.



CAS aprovou propostas sobre proteção a atletas e tratamento da dislexia

Projeto aprovado desonera exportação da agroindústria

Operações de comercialização entre agroindústrias e empresas exportadoras, quando o destino final for, comprovadamente, a exportação, poderão ficar isentas de contribuição previdenciária. Essa desoneração, visando incentivar a exportação de produtos agroindustriais, consta de proposta do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou voto favorável ao projeto (PLS 79/08), que agora segue para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na justificativa da matéria, Goellner afirma que exportar tributos é atentar con-

tra a competitividade do produto no mercado internacional. Ele explica que a contribuição previdenciária incidente sobre as receitas da agricultura só é excluída quando a exportação é feita diretamente para comprador no exterior.

Goellner ressalta que isso provoca uma severa injustiça, porque as grandes empresas, que, na teoria, possuem maior capacidade contributiva, são as únicas que têm condições de exportar diretamente, beneficiando-se da exclusão. As agroindústrias de menor porte e o pequeno produtor rural em geral, disse o senador, são obrigados a recorrer às *tradings* para a mesma finalidade.



Convidados da CCT e CRE concordam que é preciso promover o desenvolvimento científico e tecnológico da região

Proposta: manter a floresta em pé para gerar renda

A floresta não pode mais ser um fornecedor de *commodities* como a madeira. Solução é investir em tecnologia para gerar receita a partir da biodiversidade, dizem especialistas

GERAR RENDA A partir do uso sustentável da floresta será uma "importante estratégia" para a conservação da Amazônia, disse o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Barreto de Castro. Segundo ele, um dos campos mais promissores é o do uso da biodiversidade amazônica para a criação de medicamentos.

Durante audiência pública promovida pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ele também salientou que não existem drogas brasileiras de origem amazônica.

– Precisamos demonstrar, com argumentos econômicos, que é melhor não derrubar a floresta – afirmou Castro.

Os convidados da audiência, apesar de reconhecerem os esforços do governo, concordaram em que é preciso investir mais no desenvolvimento científico e tecnológico da região. O presidente da Academia Brasileira de Ciências, Jacob Palis, defendeu medidas imediatas, capazes de promover o que chamou de uma "pequena revolução" na região: um canal de satélite para melhorar a comunicação entre núcleos de pesquisa; a concessão de bolsas mais atraentes para pesquisadores e a criação de novas universidades e institutos de pesquisa.

A diretora-presidente em exercício da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Tatiana Deane de Abreu Sá, ressaltou que, depois da forte ênfase na tecnologia da informação, estão na fronteira do conhecimento áreas como biomimética, energia renovável e nanotecnologia verde.

A importância da região para o país foi lembrada pelo diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Adalberto Luis Val. Ele disse que 60% da produção científica sobre a região é feita no exterior.

– A Amazônia é uma questão de soberania e de segurança nacional. Precisamos de gente qualificada fixada na região – alertou.

Casagrande pede nova forma de desenvolvimento

Se o Brasil pretende proteger a Amazônia, disse Renato Casagrande (PSB-ES), precisa criar "novos modelos de desenvolvimento da região". Autor do requerimento para a realização da audiência pública das comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ele pediu aos especialistas que indiquem as prioridades.

– Precisamos saber onde de-

vemos investir para consolidar uma rede de pesquisas na Amazônia – afirmou.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que todos os parlamentares da região apresentem emendas ao Orçamento da União para 2010 garantindo mais recursos para o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

– É preciso transformar o Inpa na Embrapa da floresta – sugeriu Mesquita Júnior, em uma

referência ao papel já exercido, em relação à agricultura, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Gilberto Goellner (DEM-MT) sugeriu a adoção, pelo governo, de preços mínimos para produtos derivados de atividades extrativistas, enquanto Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu a elaboração de um "projeto nacional" para a Amazônia, como caminho para o desenvolvimento sustentável da região.

Comissão vai debater saúde indígena

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) para realização de debate sobre a crise no atendimento à saúde da população indígena, bem como

a atuação do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) na questão. A data ainda será marcada.

A CAS acolheu outros cinco requerimentos, todos propondo audiências públicas sobre os

seguintes temas: regulamentação da profissão dos comerciantes, cooperativas de trabalho, saúde materna, rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e tratamen-

to da hemofilia no país. Os debates foram sugeridos pelos senadores Adelmir Santana (DEM-DF), Mozarildo Cavalcanti, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), César Borges (PR-BA) e Paulo Paim (PT-RS).

Plenário homenageia Patativa do Assaré

O Senado dedicou a primeira parte da sessão plenária de ontem a homenagear o poeta cearense Patativa do Assaré pelo centenário de seu nascimento. Os cantores Raimundo Fagner e Myrlla Muniz interpretaram composições desse que é considerado um dos maiores artistas populares brasileiros, falecido em 2002 aos 93 anos. A sessão foi acompanhada pelos presidentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Cesar Asfor Rocha, e do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar; pelo prefeito de Assaré (CE), Evanderto Almeida; pelo cineasta Rosemberg Cariry, diretor do documentário *Patativa do Assaré – Ave poesia*, exibido ontem no Senado; e por um filho de Patativa, Geraldo Gonçalves. O senador Inácio Arruda, que solicitou a homenagem, lançou durante a sessão o livro *Patativa do Assaré – Poeta universal*, que reúne artigos, entrevistas e poemas antológicos.



À mesa: Evanderto, Ubiratan Aguiar, Mão Santa, Asfor Rocha e Gonçalves. Na tribuna, Inácio Arruda

MARCONI PERILLO

O senador descreveu os principais fatos da vida de Patativa do Assaré, que perdeu o pai aos nove anos e passou a trabalhar na roça para sustentar a mãe e os irmãos mais novos. Marconi Perillo (PSDB-GO) observou que o poeta deixou como grande legado a maneira como utilizou a literatura de cordel para denunciar as injustiças sociais existentes no Nordeste.

TASSO JEREISSATI

Patativa era gênio porque era genuíno, apontou o senador. Além disso, continuou, foi amado pelo povo, aclamado pela crítica, estudado nas mais altas academias. Sabia ver beleza “nas coisas e no povo do sertão”, dedicando a eles sua obra. “Encantou e conquistou desde o mais simples cidadão até o mais alto doutor”, salientou Tasso Jereissati (PSDB-CE).

FÁTIMA CLEIDE

Segundo a senadora, o poeta deu voz e visibilidade à multidão de nordestinos que vivem submetidos às inclemências da natureza, aos efeitos mais perniciosos das injustiças sociais e à pobreza, muitas vezes, extrema. Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que Patativa foi sensível aos problemas do povo e, por isso, sua poesia não podia deixar de ter um sentido político.

MÃO SANTA

Na opinião do senador, a obra grandiosa do trovador dá a seu autor a legitimidade para ser chamado de “pai-d’égua”, ou seja, alguém de grande capacidade. Quando Mão Santa (PMDB-PI) era governador, criou na cidade de Vila Nova (PI), na região de Picos, a Biblioteca Patativa do Assaré. Ele leu versos do poeta cearense durante a sessão.

ADELMIR SANTANA

“Gênio, poeta popular, compositor, cantor e improvisador brasileiro. É considerado o mais importante do século 20, entre milhares de nordestinos que sempre se dedicaram a essa arte”, disse o senador Adelmir Santana (DEM-DF), que observou que o apelido Patativa vem do nome de um dos pássaros “mais admirados do Nordeste”, com canto melodioso e atraente.

INÁCIO ARRUDA

Para o senador, Patativa do Assaré é “uma das glórias do Nordeste” no campo da criação artística. “Esta sessão solene é o reconhecimento da beleza, da arte, da sabedoria e universalidade da obra do poeta”, disse Inácio Arruda (PCdoB-CE). “Durante toda a vida, o poeta universal comungou com os ideais de igualdade e justiça social”, completou.

EDUARDO SUPLYCY

“Ainda precisamos avançar muito para libertar o povo do grau de fome e pobreza. Acho que os poemas de Patativa são justamente inesquecíveis e parte maior do patrimônio brasileiro”, afirmou Eduardo Suplicy (PT-SP), destacando o poema *Triste partida*, do poeta cearense, gravado por Luiz Gonzaga em 1964, sobre a retirada de nordestinos para São Paulo.

ARTHUR VIRGÍLIO

“O que fica para mim de Patativa do Assaré é que ele era muito espontâneo, musical, ritmado, irônico e profundamente popular”, afirmou Arthur Virgílio (PSDB-AM). Mas um popular que “sempre despertou a atenção dos eruditos, porque é estudado e reestudado nas academias, cantado em verso e prosa nos cursos de literatura deste país”.

JOSÉ NERY

Na avaliação do parlamentar, a história de vida faz de Patativa um personagem muito próximo a Dom Quixote, que se lançou ao mundo para consertar o que estava errado. “Ele emoldurou em seus poemas e versos, em seu canto e em seus repentes, um retrato fiel da caatinga, da natureza, dos animais e das pessoas”, afirmou José Nery (PSOL-PA).

MARCELO CRIVELLA

Além de destacar a participação de Patativa do Assaré na campanha pela redemocratização Diretas Já, em 1984, Marcelo Crivella (PRB-RJ) informou que o poeta cearense recebeu o título de doutor *honoris causa* de cinco universidades nordestinas, tendo ainda a sua obra obtido reconhecimento em outros países, como a França.



Técnicos da CPI e representantes da Vivo, Claro, Embratel, Telefônica e Net debatem cooperação

CPI da Pedofilia tenta um novo acordo com empresas de telefonia

As empresas Vivo, Claro, Embratel, Telefônica e Net reuniram-se com o corpo técnico da CPI da Pedofilia para tentar chegar a um acordo sobre um termo de cooperação com as autoridades objetivando agilizar o acesso aos sigilos telefônicos dos investigados por pedofilia.

– Houve avanços, quebramos o sentimento de antagonismo que estava no ar, mostramos que há questões que deixam as empresas em situação de desconforto – explicou Luiz Francisco Carvalho Silva, advogado da Vivo que também representou as demais empresas na reunião.

Um termo já foi firmado em dezembro de 2008 por TIM, Oi/Telemar e Brasil Telecom, mas foi rejeitado pelas outras empresas, que discordavam de pontos específicos, como a existência de sanções para quem não cumprisse o estabelecido. Segundo Luiz Francisco, as empresas

entendem que um termo de cooperação não pode prever penalidades, vez que já existem punições previstas em lei para o não atendimento aos pedidos dos órgãos legais.

– Com pequenas modificações nesse termo, estou confiante e acho que vamos assinar – disse.

O acordo de 2008 prevê, por exemplo, que as informações sobre pessoa investigada por crime na internet contra criança e adolescente devem ser fornecidas em até três dias. Esse prazo cai para 24 horas se houver risco à vida dos menores, e para duas horas quando se configurar risco iminente.

A falta de colaboração de algumas empresas, segundo o presidente da ONG SaferNet, Thiago Tavares, está se tornando “um problema intransponível para o sucesso das investigações”.



Deputado Geraldo Magela e senador Almeida Lima, presidente da CMO: R\$ 503 milhões em créditos

CMO aprova recursos para fabricação de avião cargueiro

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o projeto de lei do Congresso Nacional que concede crédito especial no valor de R\$ 305 milhões ao Ministério da Defesa (PLN 14/09).

Do total dos recursos previstos, R\$ 105 milhões serão investidos pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. (Embraer) no desenvolvimento de um cargueiro militar, denominado KC-X 390, com capacidade de até 20 toneladas, para uso da Força Aérea Brasileira (FAB). A outra parte da verba será usada como pagamento de parcela de adiantamento relativo ao contrato firmado entre Brasil e França para a produção e aquisição de 50 helicópteros franceses de médio

porte, para emprego geral das Forças Armadas. O valor total da compra dos helicópteros será de R\$ 5,9 bilhões.

Aeroportos

A Comissão de Orçamento aprovou também crédito especial de R\$ 43,5 milhões (PLN 6/09) para a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Os recursos serão utilizados em obras dos aeroportos internacionais de Fortaleza, Boa Vista, Salvador, do Galeão (RJ), de Guarulhos e Campinas (SP).

Foi aprovado ainda o PLN 11/09, que destina crédito complementar de R\$ 149,3 milhões ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Plano urbanístico para cidades históricas

Flávio Arns (PT-PR), presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), recebeu ontem um plano de ação para a qualificação urbanística das cidades históricas, elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O presidente da instituição, Luiz Fernando de Almeida, explicou que, para valorizar as cidades históricas, é necessário padronizar o

ordenamento urbano. Segundo ele, a manutenção da infraestrutura deve ser adequada, visando ao bem-estar do cidadão, sem que isso altere o valor histórico das obras.

Flávio Arns afirmou que a comissão tem interesse em participar desse trabalho por meio da realização de audiências públicas e da consulta à sociedade.